



MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Dinis Pinheiro
1º-Vice-Presidente: Deputado José Henrique
2º-Vice-Presidente: Deputado Inácio Franco
3º-Vice-Presidente: Deputado Paulo Guedes
1º-Secretário: Deputado Dilzon Melo
2º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr.
3º-Secretário: Deputado Jayro Lessa

SUMÁRIO

1 - ATAS

- 1.1 - Reunião Ordinária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura
- 1.2 - 24ª Reunião Extraordinária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura
- 1.3 - Reunião de Comissões

2 - ORDENS DO DIA

- 2.1 - Plenário
- 2.2 - Comissões

3 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

- 3.1 - Plenário
- 3.2 - Comissões

4 - CORRESPONDÊNCIA DESPACHADA PELO SR. 1º-SECRETÁRIO

5 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

6 - ERRATAS



ATAS

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA EM 6/9/2012

Presidência do Deputado Délio Malheiros

Sumário: Comparecimento - Falta de quórum.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

Inácio Franco - André Quintão - Célio Moreira - Délio Malheiros - Fred Costa - João Vítor Xavier - Sargento Rodrigues - Tiago Ulisses.

Falta de Quórum

O Sr. Presidente (Deputado Délio Malheiros) - Às 14h15min, a lista de comparecimento não registra a existência de número regimental. A Presidência deixa de abrir a reunião, por falta de quórum, e convoca as Deputadas e os Deputados para a especial de segunda-feira, dia 10, às 20 horas, nos termos do edital de convocação.

ATA DA 24ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 5/9/2012

Presidência dos Deputados Dinis Pinheiro, José Henrique e Inácio Franco

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: Atas - 2ª Parte (Ordem do Dia): 1ª Fase: Questão de ordem; suspensão e reabertura da reunião; questão de ordem; chamada para a recomposição do número regimental; existência de quórum para a continuação dos trabalhos; questões de ordem - 2ª Fase: Questão de ordem - Requerimento do Deputado Lafayette de Andrada; aprovação - Votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 21.146; discurso do Deputado Sargento Rodrigues; votação secreta; manutenção - Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 19/2011; aprovação - Suspensão e reabertura da reunião - Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 21.254; questão de ordem; encerramento da discussão; votação secreta dos vetos aos dispositivos com parecer pela manutenção; manutenção; votação secreta dos vetos aos dispositivos com parecer pela rejeição; rejeição - Suspensão e reabertura da reunião; prorrogação da reunião; suspensão e reabertura da reunião - Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.372/2012; discurso do Deputado Sávio Souza Cruz - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados e as Deputadas:



Dinis Pinheiro - José Henrique - Inácio Franco - Dilzon Melo - Jayro Lessa - Adalclever Lopes - Ana Maria Resende - André Quintão - Anselmo José Domingos - Antônio Carlos Arantes - Antônio Genaro - Antônio Júlio - Antonio Lerin - Arlen Santiago - Bonifácio Mourão - Bosco - Carlos Henrique - Carlos Mosconi - Carlos Pimenta - Célio Moreira - Dalmo Ribeiro Silva - Délio Malheiros - Doutor Wilson Batista - Duarte Bechir - Duílio de Castro - Durval Ângelo - Elismar Prado - Fabiano Tolentino - Fábio Cherem - Fred Costa - Glaycon Franco - Gustavo Corrêa - Gustavo Valadares - Hélio Gomes - Hely Tarquínio - Ivair Nogueira - João Leite - João Vítor Xavier - Juninho Araújo - Lafayette de Andrada - Leonardo Moreira - Liza Prado - Luiz Henrique - Luiz Humberto Carneiro - Luzia Ferreira - Maria Tereza Lara - Marques Abreu - Neider Moreira - Paulo Lamac - Pinduca Ferreira - Rogério Correia - Romel Anízio - Rômulo Veneroso - Rômulo Viegas - Sargento Rodrigues - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Tadeu Martins Leite - Tenente Lúcio - Tiago Ulisses - Vanderlei Miranda - Zé Maia.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado José Henrique) - Às 9h8min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura das atas das reuniões anteriores.

1ª Parte

Atas

- O Deputado Jayro Lessa, 3º-Secretário, nas funções de 2º-Secretário, procede à leitura das atas das duas reuniões anteriores, que são aprovadas sem restrições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

O Sr. Presidente - Nos termos do edital de convocação, a Presidência passa à 2ª Parte da reunião, em sua 1ª Fase, com a apreciação de pareceres, de requerimentos e de indicações.

Questão de Ordem

O Deputado Adalclever Lopes - Presidente, gostaria de solicitar a V. Exa. que suspenda a reunião para entendimentos.

Suspensão da Reunião

O Sr. Presidente - A Presidência vai suspender a reunião por 1 hora para entendimentos entre as Lideranças sobre a apreciação das matérias constantes na pauta. Estão suspensos os nossos trabalhos.

Reabertura da Reunião

O Sr. Presidente (Deputado Inácio Franco) - Estão reabertos os nossos trabalhos.

Questões de Ordem

O Deputado Lafayette de Andrada - Sr. Presidente, peço a recomposição de quórum.

O Sr. Presidente - É regimental. A Presidência solicita ao Sr. Secretário que proceda à chamada dos Deputados para a recomposição de quórum.

O Sr. Secretário (Deputado Jayro Lessa) - (- Faz a chamada.)

O Sr. Presidente - Responderam à chamada 49 Deputados. Portanto, há quórum para a continuação dos trabalhos.

O Sr. Presidente (Deputado Dinis Pinheiro) - Com a palavra, o Deputado Vanderlei Miranda.

O Deputado Vanderlei Miranda - Sr. Presidente, apenas quero registrar que ontem, no calor das discussões em Plenário, foram ditas muitas coisas, e muitas vezes, no calor da emoção, dizemos coisas que depois, após refletirmos, chegamos à conclusão de que não poderíamos ter sido ditas. O que foi dito aqui, ontem, pelo meu Líder de bancada, quem respeito muito, não representa o pensamento deste parlamentar em relação a esta Casa. Esta Casa tem uma responsabilidade diante da sociedade como um todo, logo quero deixar bem claro que, embora respeite o meu Líder de bancada, o Deputado Sávio Souza Cruz, o que ele disse não representa o meu pensamento e não lhe dei tampouco a minha aquiescência e o meu aval para ele falar o que disse em relação a esta Casa. Digo isso em respeito a mim e em respeito aos meus colegas. Portanto, quero deixar registrado, mais uma vez com todo o respeito à liderança do meu companheiro Deputado Sávio Souza Cruz, que a sua fala não representa o meu pensamento, a minha pessoa. O que os jornais trazem hoje como matéria me preocupou, mesmo que tenha ou não sido dito. Li os jornais. Aliás, estive neste Plenário até certa altura da exaltada, porém democrática, discussão, que cobrava um posicionamento da Presidência naquele momento em relação ao direito de fala. Perdoem-me se estou equivocado, mas foi isso que li nos jornais logo cedo. Assim, deixo registradas as minhas palavras. Muito obrigado.

O Deputado Rogério Correia - Presidente, quero apenas reiterar a questão de ordem que fiz ontem junto ao Deputado Sávio Souza Cruz, que ainda não foi respondida pela Mesa. A questão de ordem tem por base o art. 18. Nesta Casa Legislativa, a presença de Deputados deve ser confirmada em painel eletrônico, isto é, não pode haver presença marcada sem que ela seja constatada pelo painel eletrônico, a não ser que o painel apresente algum defeito. Isso está claro no Regimento Interno que foi lido ontem, entretanto as reuniões têm sido abertas sem que esse preceito do Regimento seja respeitado. Aliás, isso tem sido feito constantemente. A reunião do dia 22 foi aberta, e constatamos inexistência de quórum. Foram confirmados 27 parlamentares, sendo que dois deles disseram não ter estado aqui nem respondido à presença. Estou falando dos Deputados Adalclever Lopes e Sávio Souza Cruz. Portanto, não havia quórum para a abertura da reunião. Além disso, era do interesse do governo que se abrisse a reunião para evitar a discussão de um veto e para que fosse contada. Logo em seguida, a pedido do Deputado Lafayette de Andrada, a reunião foi encerrada sem que permitissem respostas às questões abordadas por ele e tidas como legítimas. Ou melhor, legítimas na opinião dele, não na nossa. Não tivemos sequer o direito de resposta. A reunião foi, portanto, suspensa, depois de ter sido aberta sem quórum. Nós, no dia, fizemos a denúncia dessa questão. No dia de ontem, este Deputado se sentiu desrespeitado porque nem sequer fazer uma questão de ordem me foi permitido. Havia a questão de ordem escrita, com o artigo, mas, no horário certo de fazê-la, também não foi possível. Mais tarde



interpretou-se o Regimento Interno em dois pontos idênticos de forma diferente, sempre em prejuízo da Oposição. Agora pela manhã, também sou surpreendido com outra informação: a TV Assembleia deveria transmitir uma audiência pública - aliás, solicitada por mim - que trata da questão dos sem-casa no Barreiro, pois foi garantida a sua prioridade. De repente, ao suspenderem a reunião do Plenário, a TV Assembleia deveria transmiti-la, mas, ao invés de ir para a Comissão de Direitos Humanos, presidida hoje pelo Deputado Paulo Lamac, ela passou a transmitir outra reunião dizendo que houve um erro de informação ou das pessoas. Isso sempre acontece em detrimento do direito da Oposição. Realmente é uma questão de ordem que suscito novamente. Não há condição de ser aberta uma reunião sem quórum. O Regimento Interno não pode ter interpretações que satisfaçam um lado ou outro. Isso tem criado um tensionamento na Assembleia Legislativa. Muitas vezes aqueles que reagem contra, no meu entender, as manobras feitas contra a Oposição são considerados errados, mas estão se revoltando contra a forma discricionária como estão sendo tratados. Ou seja, em outras palavras, a corda arrebenta para o lado mais fraco. Faço questão de ressaltar, com muita calma, que não é possível que seja dado tratamento diferenciado a Deputados, em especial quando se quer agradar a maioria do governo, mas muito menos quando Deputados do governo querem agradá-lo e cortam a palavra de Deputados da Oposição. Esse sentimento não nos permite ter um relacionamento democrático na Casa e ocorre por ora, havendo discussões ríspidas, etc. que são feitas a partir de um procedimento discricionário em relação a Deputados da Oposição. Hoje novamente a TV Assembleia deixou de fazer uma transmissão que nos era garantida, mas a reunião não era do agrado do governo. Não sei se a TV Assembleia tem uma ordem; não sei a quem ela obedece. Não sei se a Sra. Andrea Neves tem também sobre a TV Assembleia a mesma força que tem na mídia mineira, mas o fato é que, quando a TV Assembleia comete equívocos, eles sempre são relativos a assuntos não pertinentes ou do desejo do Governador do Estado. Então, trata-se de cortar a palavra da Oposição e transmitir sessões e audiências que interessam ao governo. Peço que a Sra. Andrea Neves não tenha acesso à TV Assembleia como tem para ordenar que se transmita apenas aquilo que o Senador Aécio Neves e o governo Anastasia queiram. Espero que se obedeçam à regra estabelecida no Parlamento. É difícil viver em um Parlamento sem regra, porque fica um procedimento antidemocrático. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - A Mesa está ciente dessa manifestação do Deputado Rogério Correia e já solicitou à assessoria que adote todas as medidas necessárias para o fiel cumprimento do Regimento Interno. Quero também reverenciar e aplaudir a sábia manifestação do Deputado Vanderlei Miranda.

2ª Fase

O Sr. Presidente - Esgotado o prazo destinado a esta fase, a Presidência passa à 2ª Fase da Ordem do Dia, com a discussão e a votação da matéria constante na pauta.

Questão de Ordem

O Deputado Rogério Correia - Sr. Presidente, de acordo com o que estabelecemos no acordo firmado com a Casa, vou retirar essa série de requerimentos, cerca de 15, para que possamos votar o veto. Esse foi o acordo para que pudéssemos fazer com calma a discussão sobre a questão do empréstimo na parte da tarde. Então, retiro os requerimentos para que possamos abrir espaço para discussão, na parte da tarde, e votarmos, hoje pela manhã, o veto, conforme combinado.

O Sr. Presidente - Vem à Mesa requerimento do Deputado Lafayette de Andrada em que solicita a inversão da pauta desta reunião, de modo que o Veto Parcial à Proposição de Lei nº 21.254 e os Projetos de Lei nºs 3.372 e 3.320/2012 sejam apreciados em 3º, 4º e 5º lugares, respectivamente. Em votação, o requerimento. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado.

Votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 21.146, que torna obrigatória a notificação aos órgãos da segurança pública do ingresso na rede de atendimento à saúde de pessoa ferida com arma. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto. Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado Sargento Rodrigues.

O Deputado Sargento Rodrigues* - Sr. Presidente, serei breve, pois há entendimento para que o veto seja votado. Apenas gostaria de esclarecer ao conjunto de Deputados que votou favoravelmente a essa proposta de lei a que o Governador opôs veto que ela visa tão somente notificar à Polícia Civil e à Polícia Militar a chegada de uma vítima ao hospital, seja da rede pública, seja da rede privada. Muitas vezes uma enteada pode ser estuprada em casa, e a mãe, com medo de perder o seu parceiro, não faz a denúncia. Então, quando a vítima der entrada no hospital, o médico terá a obrigação de fazê-la. Isso ocorre constantemente quando se trata de agressões físicas contra as mulheres, que, ao darem entrada no hospital, o médico tem de comunicar a agressão com base nos ferimentos e hematomas que apresentam. Por outro lado, há um ponto ainda mais grave: criminosos e bandidos contumazes, que, ao trocarem tiros com policiais, dão entrada em unidades hospitalares, mas a polícia não é comunicada.

O governo alega que o tempo para essa comunicação, que seria de 1 hora, é muito exíguo. Ele opôs veto e, ato contínuo, encaminhou a esta Casa um projeto de lei na tentativa de corrigir e ampliar esse prazo para 24 horas. Atentos a essa mudança, apresentamos um novo projeto, com uma melhor redação e com um prazo máximo de comunicação de 6 horas. O governo insiste em 24 horas, mas, nesse caso, não teremos a eficiência e eficácia necessária na atuação dos órgãos de segurança pública.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva é o relator desse projeto, que é da minha iniciativa. O projeto do Governador foi anexado ao nosso. A nossa posição em relação ao veto do governo é a seguinte: votaremos não pela manutenção do veto, até porque sou autor da proposta, mas há um entendimento com o relator para que possamos adequar o tempo, a fim de que a comunicação seja mais rápida. O governo entende que 1 hora é um tempo muito rápido para que a área de saúde comunique à força policial, e entendemos que 24 horas é um tempo muito longo e não podemos permiti-lo. Deixo claro que esse projeto tem o objetivo de melhorar a atuação da área da segurança pública, que pode agir de forma mais preventiva, na tentativa de reparar aquele dano causado à vítima.

Sr. Presidente, a nossa Bancada fica livre para manter a posição do governo, mas, como autor do projeto, votarei contrariamente ao veto, pois entendo que a comunicação deve ser rápida. Há o entendimento para que esse projeto seja votado e chegue ao Plenário o mais rapidamente possível. Obrigado.



O Sr. Presidente - A Presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo secreto, de conformidade com o art. 261, inciso X, c/c os arts. 222 e 255, do Regimento Interno. As Deputadas e os Deputados que desejarem manter o veto registrarão “sim” e os que desejarem rejeitá-lo registrarão “não”. A fim de proceder à votação pelo processo eletrônico, a Presidência solicita às Deputadas e aos Deputados que ainda não registraram sua presença no painel que façam o registro biométrico no terminal e, em seguida, registrem seu voto. A Presidência dará início ao processo e, para tanto, solicita às Deputadas e aos Deputados que ocupem os seus lugares. Em votação, o veto.

- Registram seus votos os Deputados e as Deputadas:

Adalclever Lopes - Antonio Lerin - Bonifácio Mourão - Bosco - Carlos Mosconi - Carlos Pimenta - Célio Moreira - Dalmo Ribeiro Silva - Dilzon Melo - Duarte Bechir - Duilio de Castro - Fabiano Tolentino - Fábio Cherem - Fred Costa - Glaycon Franco - Gustavo Corrêa - Gustavo Valadares - Hélio Gomes - Hely Tarquínio - Ivair Nogueira - João Leite - João Vítor Xavier - José Henrique - Juninho Araújo - Lafayette de Andrada - Leonardo Moreira - Liza Prado - Luiz Humberto Carneiro - Luzia Ferreira - Marques Abreu - Neider Moreira - Paulo Lamac - Pinduca Ferreira - Rogério Correia - Romel Anízio - Rômulo Veneroso - Rômulo Viegas - Sargento Rodrigues - Sebastião Costa - Tadeu Martins Leite - Tenente Lúcio - Tiago Ulisses - Vanderlei Miranda - Zé Maia.

A Deputada Ana Maria Resende - Sr. Presidente, votei “sim”. Registre-se o meu voto, por favor.

O Deputado Anselmo José Domingos - Sr. Presidente, o meu voto também é “sim”.

O Deputado Jayro Lessa - Sr. Presidente, não foi registrado o meu voto “sim”.

O Deputado Inácio Franco - Meu voto é “sim” também, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente - Estão computados. Votaram “sim” 45 Deputados, que, somados a esta Presidência, perfazem o total de 46 parlamentares. Votaram “não” 2 Deputados. Houve 1 voto em branco. Está, portanto, mantido, em turno único, o Veto Total à Proposição de Lei nº 21.146. Oficie-se ao Governador do Estado.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 19/2011, do Deputado Gustavo Valadares, que altera a Lei Complementar nº 89, de 12/1/2006, que dispõe sobre a Região Metropolitana de Belo Horizonte. A Comissão de Assuntos Municipais opina pela aprovação do projeto. A Presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, de conformidade com o art. 260, inciso I, c/c os arts. 192 e 255, do Regimento Interno. A fim de proceder à votação pelo processo eletrônico, a Presidência solicita às Deputadas e aos Deputados que ainda não registraram sua presença no painel, que façam o registro biométrico no terminal e, em seguida, registrem seu voto. Em votação, o projeto.

- Registram “sim” os Deputados e as Deputadas:

Adalclever Lopes - Ana Maria Resende - Anselmo José Domingos - Antônio Júlio - Antonio Lerin - Bonifácio Mourão - Bosco - Carlos Mosconi - Carlos Pimenta - Célio Moreira - Dalmo Ribeiro Silva - Dilzon Melo - Duarte Bechir - Duilio de Castro - Fabiano Tolentino - Fábio Cherem - Fred Costa - Glaycon Franco - Gustavo Corrêa - Gustavo Valadares - Hélio Gomes - Hely Tarquínio - Inácio Franco - Ivair Nogueira - Jayro Lessa - João Leite - João Vítor Xavier - Juninho Araújo - Lafayette de Andrada - Leonardo Moreira - Liza Prado - Luiz Humberto Carneiro - Luzia Ferreira - Marques Abreu - Neider Moreira - Paulo Lamac - Pinduca Ferreira - Rogério Correia - Romel Anízio - Rômulo Veneroso - Rômulo Viegas - Sargento Rodrigues - Sebastião Costa - Tadeu Martins Leite - Tenente Lúcio - Tiago Ulisses - Vanderlei Miranda - Zé Maia.

- Registra “não” o Deputado:

José Henrique.

O Deputado José Henrique - Sr. Presidente, gostaria de retificar o meu voto. O meu voto é “sim”.

O Sr. Presidente - Está retificado. Votaram “sim” 49 Deputados. Não houve voto contrário. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei Complementar nº 19/2011. À Comissão de Redação.

Suspensão da Reunião

O Sr. Presidente - A Presidência vai suspender a reunião por 7 minutos para entendimentos entre as Lideranças sobre a apreciação das matérias constantes na pauta. Estão suspensos os nossos trabalhos.

Reabertura da Reunião

O Sr. Presidente - Estão reabertos os nossos trabalhos. Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 21.254, que altera a Lei nº 15.424, de 30/12/2004, que dispõe sobre a fixação, a contagem, a cobrança e o pagamento de emolumentos relativos aos atos praticados pelos serviços notariais e de registro, o recolhimento da Taxa de Fiscalização Judiciária e a compensação dos atos sujeitos à gratuidade estabelecida em lei federal e dá outras providências.

Questão de ordem

O Deputado Bonifácio Mourão - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, estamos encaminhando um acordo e, em razão disso, não conseguiremos votar agora todos os projetos constantes da pauta. Vamos votar o que a Presidência acabou de anunciar e pedimos a todos os Deputados que voltem ao Plenário às 12h30min. Após a votação, a reunião será suspensa, e estaremos aqui às 12h30min, com tolerância de 15 minutos, ou seja, até 12h45min, para votarmos os projetos restantes da pauta de hoje. É o apelo que a Liderança do Governo faz junto às outras Lideranças, para que todos estejam aqui até às 12h30min para a reabertura dos trabalhos.

O Sr. Presidente - A Comissão Especial opina pela rejeição de alguns dispositivos vetados e pela manutenção de outros, conforme parecer publicado. Em discussão, o veto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A Presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo secreto, de conformidade com o art. 261, inciso X, c/c os arts. 222 e 255, do Regimento Interno. As Deputadas e os Deputados que desejarem manter o veto registrarão “sim” e os que desejarem rejeitá-lo registrarão “não”. A fim de proceder à votação pelo processo eletrônico, a Presidência solicita às Deputadas e aos Deputados que ainda não registraram sua presença no painel que façam o registro biométrico no terminal e, em seguida, registrem seu voto. A Presidência dará início ao processo e, para tanto, solicita às Deputadas e aos Deputados que ocupem os seus lugares. Em votação, os vetos aos dispositivos com parecer pela manutenção.



- Registram seus votos os Deputados e as Deputadas:

Adalclever Lopes - Ana Maria Resende - Anselmo José Domingos - Antônio Genaro - Antônio Júlio - Antonio Lerin - Bonifácio Mourão - Bosco - Carlos Mosconi - Carlos Pimenta - Célio Moreira - Dalmo Ribeiro Silva - Dilzon Melo - Dinis Pinheiro - Duarte Bechir - Duílio de Castro - Elismar Prado - Fabiano Tolentino - Fábio Cherem - Glaycon Franco - Gustavo Corrêa - Gustavo Valadares - Hélio Gomes - Hely Tarquínio - Inácio Franco - Ivair Nogueira - Jayro Lessa - João Leite - João Vítor Xavier - Juninho Araújo - Lafayette de Andrada - Leonardo Moreira - Liza Prado - Luiz Humberto Carneiro - Luzia Ferreira - Marques Abreu - Neider Moreira - Paulo Lamac - Pinduca Ferreira - Rogério Correia - Romel Anízio - Rômulo Veneroso - Rômulo Viegas - Sargento Rodrigues - Sebastião Costa - Tadeu Martins Leite - Tenente Lúcio - Tiago Ulisses - Vanderlei Miranda - Zé Maia.

O Sr. Presidente - Votaram “sim” 47 Deputados. Votaram “não” 2 Deputados. Houve 1 voto em branco. Estão mantidos os vetos aos dispositivos com parecer pela manutenção. Em votação, os vetos aos dispositivos com parecer pela rejeição.

- Registram seus votos os Deputados e as Deputadas:

Adalclever Lopes - Ana Maria Resende - Anselmo José Domingos - Antônio Genaro - Antônio Júlio - Antonio Lerin - Bonifácio Mourão - Bosco - Carlos Henrique - Carlos Mosconi - Carlos Pimenta - Célio Moreira - Dalmo Ribeiro Silva - Dilzon Melo - Dinis Pinheiro - Duarte Bechir - Duílio de Castro - Elismar Prado - Fabiano Tolentino - Fábio Cherem - Glaycon Franco - Gustavo Corrêa - Gustavo Valadares - Hélio Gomes - Hely Tarquínio - Inácio Franco - Ivair Nogueira - Jayro Lessa - João Leite - João Vítor Xavier - José Henrique - Juninho Araújo - Lafayette de Andrada - Leonardo Moreira - Liza Prado - Luiz Humberto Carneiro - Luzia Ferreira - Marques Abreu - Neider Moreira - Pinduca Ferreira - Rogério Correia - Romel Anízio - Rômulo Veneroso - Rômulo Viegas - Sargento Rodrigues - Sebastião Costa - Tadeu Martins Leite - Tenente Lúcio - Tiago Ulisses - Vanderlei Miranda - Zé Maia.

O Deputado Paulo Lamac - Declaração de voto, Sr. Presidente. Meu voto não foi registrado e gostaria de fazê-lo. Meu voto é “não”.

O Sr. Presidente - Está computado. Votaram “sim” 8 Deputados. Votaram “não” 43 Deputados. Houve 1 voto em branco. Estão rejeitados os vetos aos dispositivos com parecer pela rejeição. Está, portanto, mantido, em turno único, o Veto Parcial à Proposição de Lei nº 21.254, exceto os seguintes dispositivos: acréscimo do § 6º ao art. 10 da Lei nº 15.424, de 2004, promovido pelo art. 3º; acréscimo de “caput”, §§ 1º e 2º ao art. 10-A à Lei nº 15.424, de 2004, promovido pelo art. 4º; alteração do “caput”, dos incisos I a III e do § 4º do art. 33 da Lei nº 15.424, de 2004, promovida pelo art. 12; alteração do “caput” do art. 34 da Lei nº 15.424, de 2004, promovida pelo art. 13; alteração dos incisos I a IX do art. 37 da Lei nº 15.424, de 2004 e acréscimo de parágrafo único ao mesmo artigo, promovidos pelo art. 15; acréscimo da Nota IX à Tabela 1 do Anexo da Lei nº 15.424, de 2004, promovido pelo art. 17; acréscimo da alínea “c” ao item 5 da Tabela 5 do Anexo da Lei nº 15.424, de 2004, promovido pelo art. 17; alteração do item 1 da Tabela 7 do Anexo da Lei nº 15.424, de 2004, promovida pelo art. 17; e alteração do item 7 da Tabela 7 do Anexo da Lei nº 15.424, de 2004, promovida pelo art. 17. Oficie-se ao Governador do Estado.

Suspensão da Reunião

O Sr. Presidente - A Presidência vai suspender a reunião por 1 hora e 50 minutos para entendimentos entre as Lideranças sobre a apreciação das matérias constantes na pauta. Estão suspensos os nossos trabalhos.

Reabertura da Reunião

O Sr. Presidente - Estão reabertos os nossos trabalhos.

Prorrogação da Reunião

O Sr. Presidente - A Presidência, nos termos do art. 21 do Regimento Interno, prorroga esta reunião até as 13h59min.

Suspensão da Reunião

O Sr. Presidente - A Presidência vai suspender a reunião por 30 minutos para entendimentos entre as Lideranças sobre a apreciação das matérias constantes na pauta. Estão suspensos os nossos trabalhos.

Reabertura da Reunião

O Sr. Presidente - Estão reabertos os nossos trabalhos. Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.372/2012, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito no âmbito do Programa de Apoio ao Investimento dos Estados e do Distrito Federal - Proinveste - e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1 e 2, que apresenta. Em discussão, o projeto. Com a palavra, para discutir, o Deputado Sávio Souza Cruz.

O Deputado Sávio Souza Cruz* - Sr. Presidente, Srs. Deputados que compõem a Mesa dos trabalhos, Deputadas, Deputados, aqueles que nos acompanham das galerias e também pela TV Assembleia. Estamos agora nesta Casa para discutir mais um pedido de empréstimo por parte do governo do Estado. Desta feita, 1 bilhão e 326 milhões a mais. Aprovado esse projeto, estaremos completando 16 bilhões de novos empréstimos desde a posse, em 2003, da série de governos do PSDB. Vou repetir o número: 16 bilhões. É mais que toda a dívida que o Estado contraiu, durante sua história, e que foi renegociada em 1997 pelo Governador Azeredo com o Presidente Fernando Henrique Cardoso, àquela época, cerca de 14 bilhões. Essa dívida que hoje movimenta Minas Gerais, pode-se dizer, é impagável, pois, só de Aécio Neves para cá, foram 2 bilhões a mais que toda a dívida contraída na história de Minas até 1997.

É verdade que desta feita é um projeto de endividamento que tem uma lógica na política de desenvolvimento nacional, que quer evitar que o País não perca o ritmo de crescimento. Mas, se isso é verdade, é necessário considerarmos que o governo do Estado está propondo, na contração desse novo empréstimo, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, que a carência seja até o final deste governo e que a partir de então Minas Gerais leve 20 anos pagando tal empréstimo. É isso mesmo. Este governo acha correto receber o recurso, comprar as viaturas, fazer os investimentos necessários, soltar os foguetes, fazer as propagandas das inaugurações e das viaturas e acha correto também que, até o final desta administração, não pague um só centavo desse novo endividamento que propõe para Minas Gerais.



Pergunto aos Deputados e Deputadas, mas indago sobretudo aos mineiros se é correto continuar endividando Minas Gerais, que já é - quero insistir - o mais endividado Estado da Federação. Minas Gerais é o mais endividado Estado da Federação, a ponto de o Presidente Lula ter afirmado recentemente aquilo que todos nós aqui sabemos, mas que não é dado a conhecer aos mineiros, pela mordaza à imprensa que se promove há 10 anos neste Estado. Minas está quebrada - Aécio quebrou Minas. São R\$80.000.000.000,00 de dívidas. Aqueles R\$14.000.000.000,00 iniciais, renegociados em 97, transformaram-se hoje em R\$65.000.000.000,00, e só com a União. E mais R\$16.000.000.000,00 contraídos de Aécio para cá.

Essa relação de endividamento - nossa dívida ser quase duas vezes o nosso Orçamento - é a pior entre todos os Estados da Federação. Isso nos leva à constrangedora situação de nós, analisando os grandes números da economia mineira, descobriremos, atônitos, que, depois de 10 anos de choque de gestão, de déficit zero, de PIB da China, anunciados à exaustão nas peças publicitárias com o dinheiro público, temos em Minas Gerais 10,5% da população do País, mas só respondemos por 9,4% do PIB do Brasil. Sendo assim: 9,4% do PIB, 10,5% da população significa, em outros termos, que os mineiros são, na média, 10% mais pobres que os brasileiros. Essa é a grande obra dos tucanos.

Mas não fica por aí. Se temos 10,5% da população e só 9,4% do PIB, quando o assunto é a dívida dos Estados, Minas Gerais aparece pontando. Minas Gerais tem 15,5% da dívida dos Estados com a Federação. Quer dizer, depois de 10 anos de tucanos, a obra real é fazer dos mineiros, na média, 10% mais pobres e 50% mais endividados que os brasileiros. Só com a União. Só com a União Minas já responde por 15,5% da dívida, tendo só 9,4% do PIB. Mas isso não pode chegar ao conhecimento dos mineiros, porque pode afetar a construção do mito, a construção da imagem que os marqueteiros projetaram para uma candidatura presidencial que vem sendo custeada pelo erário mineiro há 10 anos.

E os mineiros? Isso é segundo plano, porque estamos relegados, todos nós, a meros coadjuvantes dessa campanha obcecada, obsessiva, prematura - e pior -, custeada permanentemente pelo erário mineiro. Agora, vem à baila mais um empréstimo de R\$1.326.000.000,00. Antes que os Deputados da base venham aqui dizer que a Oposição é contra o desenvolvimento de Minas, antes que venham dizer que os Deputados da Oposição são contra a aquisição de viaturas para a polícia, tão sucateada pelo desmanche do Estado promovido pelos governos tucanos, antes que isso ocorra, quero anunciar a posição do PMDB em relação aos empréstimos. Não temos nenhuma restrição aos objetivos a que se proponha o governo a pôr em prática com o dinheiro que venha a ser incorporado ao caixa por meio de empréstimo. Se for usar os recursos na compra de viaturas para a polícia, estamos de pleno acordo; se usar para melhorar a infraestrutura tão deficiente em Minas, também concordamos com isso. Não concordamos é com o fato de, novamente, no projeto, o Estado, que quer negar que está quebrado, que quer negar que Aécio o quebrou, vir propor a cláusula de carência para começar a pagar só no próximo governo, como sempre foi a lógica do governo tucano.

Em 1997 também foi assim. Azeredo negociou com Fernando Henrique, mas programou o início do pagamento para janeiro de 1999, ou seja, para o primeiro mês do Governo Itamar Franco. Agora a história se repete, e não é a primeira repetição a partir de 1999. Já aprovamos outros empréstimos, a toque de caixa, recentemente, no valor de cerca de R\$4.000.000.000,00. E aprovamos duas vezes. Aprovamos primeiro para uma entidade financiadora, que negou os recursos; depois aprovamos para o BNDES, porque esta Assembleia sempre aprova. Já sugeri que aprovemos, genericamente, uma autorização para contrair empréstimo onde quiser, quando quiser, estendendo essa possibilidade até aos agiotas. O governo de Minas só faz endividar Minas Gerais. E endividar Minas Gerais não é outra coisa senão comprometer o futuro dos mineiros. Endividar Minas Gerais é gastar, em tempo presente, aquilo que só vai se pagar no futuro. É programar a festa para o presente e deixar as agruras da poupança para o futuro.

Tenho visto, nas minhas andanças pelo Estado de Minas Gerais, algumas faixas em que está escrito que o povo de determinada cidade agradece ao Governador Anastasia a obra tal, do Processo. Deveriam estender na faixa um agradecimento genérico aos governadores que virão, aos futuros governadores. O Governador Anastasia já faz a sua parte, solta os foguetes, corta as fitas e paga, regimento, a publicidade para a construção do mito. Mas o trabalho duro, de formiguinha, de sol a sol, para poupar e fazer frente a esses empréstimos que estão sendo contraídos agora, está reservado para os governantes futuros. E, no futuro, provavelmente, ainda ouviremos de alguns a injustiça de que o Estado está com dificuldades, que na época passada - que será a de agora - havia recursos. Os recursos não existem. Minas tem menos de 2% de capacidade de investimento. É uma das capacidades de investimentos mais baixas de todos os Estados. E o investimento está sendo feito comprometendo o futuro dos mineiros. Então, podem me perguntar qual a posição do Deputado Sávio Souza Cruz, da Liderança do PMDB, em relação aos empréstimos.

Se não temos nenhuma contradição com os objetivos dos recursos, se concordamos que é necessário investir na melhoria da infraestrutura do Estado, se estamos todos de acordo que é necessário equipar a polícia, comprar viaturas, se tudo isso é unânime entre nós, aí, devolvo a pergunta, principalmente à base. Se Minas não está quebrada, se Minas vai tão bem, se Minas, Deputado Duarte Bechir, é AAA, que não sei se é Antonio Augusto Anastasia na Standard & Poor's, por que não aprovar a emenda que apresentamos favorável a que se tome o empréstimo, mas impondo que tenha de ser pago neste governo, nos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal, nos termos em que aquele governante que faz o empréstimo cuida de provisionar recursos para pagá-lo? Se Minas está tão bem, por que não? Por que comprometer o nosso futuro?

Não temos contradição com os objetivos, ao contrário do que vão querer nos atacar. Não somos contra o aparelhamento da polícia, não somos contrários a que se melhore a nossa infraestrutura em Minas, tão sucateada e tão desinvestida nos últimos anos. Nada disso. O que não queremos é que se continue permitindo, por meio desta Casa, que aqui, na farra da construção de uma candidatura obsessiva, se comprometa, se gaste o futuro dos mineiros, porque é isso que está acontecendo. Mais de 2 anos de carência e 20 anos para pagar, incidindo-se juros vai dar no que está dando a dívida que foi negociada em 1997. Naquele ano, foram negociados R\$14.000.000.000,00 entre Fernando Henrique Cardoso e Eduardo Azeredo, os dois do PSDB, para começar a pagar em 1999, já no outro governo. Desses R\$14.000.000.000,00, Deputado Rogério Correia, Minas já pagou cerca de R\$25.000.000.000,00 e ainda deve R\$65.000.000.000,00.

É isso que faz a incidência de juros nos largos prazos de pagamento, de carência. Durante dois anos e tanto vão comprar, vão adquirir as viaturas, haverá cerimônia do beija-mão no Palácio da Liberdade, o Governador entregará as chaves nas mãos, terá ao seu

lado, a tiracolo e de papagaio de pirata, alguns representantes políticos da sua base, mas não vai pagar a conta. Ela ficará para o futuro, para as próximas gerações dos mineiros, como, aliás, estão ficando todas as contas, como ficou o empréstimo de R\$4.000.000.000,00 contraído recentemente, que a Assembleia Legislativa autorizou duas vezes. É fundo andino, fundo alpino, banco japonês, BNDES, BID, Bird. Não há mais aonde buscar recursos. E ninguém fala em pagar, em saldar o que deve.

Todos conhecemos, na vida particular, quando alguém endividado continua arranjando crédito, o que acontece no futuro. Uma hora essa conta será cobrada. O pior é que, na história dos entes públicos, diferentemente da vida privada em que a conta é cobrada de quem fez a irresponsabilidade, na vida pública, tragicamente, quando essa conta vier a ser cobrada, não serão esses os atores que estarão lá, não serão esses os atores que terão de arranjar recursos orçamentários para fazer frente à farra antecipadamente promovida. Quem será o futuro os mineiros escolherão. Mas é preciso, a bem da verdade, rompendo o silêncio, a blindagem, a mordaca em que se transformou o Estado de Minas Gerais, convertido em comitê eleitoral do Senador Aécio Neves, é necessário que se diga claramente: estão gastando o futuro dos mineiros. Minas está quebrada. Aécio quebrou Minas e quer continuar quebrando para o futuro pagar. É isso que está no projeto que estará em votação em alguns minutos nesta Casa.

Se nós todos concordamos com a finalidade do recurso, se nós todos estamos de acordo com seus propósitos, e se for verdade que Minas não está quebrada, se for verdade que Minas é AAA na Standard & Poor's, vamos aprovar a emenda do PMDB, que não dificulta que o empréstimo seja contraído, que não impede que o empréstimo seja contraído. Não. Apenas propõe que o Estado, que o Governador anuncie estar solidamente fundado na boa saúde financeira dos cofres públicos. Se o Governador anuncia que Minas está bem, se o Governador anuncia que o Presidente está enganado quando diz que Minas está quebrada, que Aécio quebrou Minas, se isso não for verdade, vamos votar consensualmente todos e, mais do que consensualmente, vamos votar unanimemente, vamos aprovar a autorização para que o Estado contraia mais este empréstimo. Vamos autorizar que o Estado se endivida em mais R\$1.326.000.000,00. Vamos aprovar isso. Mas vamos pedir a S. Exa., o Governador, coerência com o que diz aos mineiros. Se Minas está bem, programe-se para pagar, Governador. Vejam que isso é menos de 10% dos empréstimos que esta Casa já autorizou aos governos do PSDB. Programe-se para pagar pelo menos um. Um só, Governador. Já são R\$14.000.000.000,00, R\$15.000.000.000,00 programados para serem pagos pelos futuros Governadores, como foi feito em 1997. E, agora, a Assembleia fez uma enorme campanha dizendo que a dívida estrangula Minas. Quem negociou a dívida? O PSDB. Os termos da dívida foram ditados por quem? Pelo PSDB. Quem estava na Câmara como líder e como Presidente? O Senador Aécio. E, agora, de novo.

E nós não nos assustemos no futuro, se esses mesmos atores políticos, se esse mesmo partido, responsável por liderar esse governo, no futuro, venha maldizer o endividamento do Estado. No futuro, quem sabe, um sucessor do Deputado Dinis Pinheiro, na responsabilidade de conduzir esta Casa, fará uma grande campanha contra a dívida. A dívida nos impede de ter melhores escolas. A dívida nos impede de ter melhores hospitais. A dívida nos impõe ter estradas em cacarecos, em frangalhos. A dívida nos impede de pagar melhor os nossos professores. A dívida não permite darmos os reajustes que os profissionais de saúde merecem. A dívida impede que possamos pagar as nossas forças públicas, a Polícia Militar e a Polícia Civil. A dívida é a mãe de todos os problemas.

Como surgiu a dívida? Começa aqui, na bancada de cada um de nós, quando votamos a autorização para que ela seja contraída. Aqui, em 1997, quando essa negociação foi feita, o PMDB e o PT votaram contra. E a base do governo, capitaneada pelo PSDB, impôs a autorização para a negociação da dívida entre Azeredo e Fernando Henrique. O mesmo PSDB que, 13 anos depois, fez uma grande campanha contra a dívida. E a história se sucede. Já disse o historiador Arnold Toynbee que a história não se ocupa de um passado morto, mas de um passado que sobrevive. Esse passado do endividamento de Minas, em 1997, sobrevive nessa dívida que vai sufocando o Estado de Minas Gerais, que foi objeto da campanha da Assembleia Legislativa. Esse passado sobrevive na sangria dos cofres públicos todos os meses, todos os anos, em 13% das receitas, que é o limite do que se usa para pagar o governo federal. Mas essa dívida não caiu do céu. Essa dívida não foi autorrealizada, ela foi negociada, de um lado pelo PSDB, com Fernando Henrique Cardoso e, do outro, pelo PSDB, com Eduardo Azeredo.

Naquela época, em 1997, negociaram. Ai, podem pensar que negociaram e começaram a pagar, mas não foi assim. Pagar não é com eles: "Vamos fazer uma carência e programar o início do pagamento para 1999, pois aí será outro Governador e não terei nada com isso. Já fiz a farra, as inaugurações e já paguei a publicidade que divulgou que sou um grande gestor, o déficit zero, o choque de gestão, PIB da China, Minas avança". Avança, mas com um abismo à frente, Deputado Marques Abreu. E Minas avança, pois é o imposto que avança, pois isso faz parte da construção do mito. É peça de campanha, "marketing" eleitoral. Tudo em Minas está subordinado a isso, tudo, até a construção da Cidade Administrativa, que é simplesmente um palco para uma saída apoteótica do governo. E lá se vão quase R\$2.000.000.000,00. E está afundando, quebrada, sem nenhuma lógica administrativa. E o endividamento continua.

E, quando pensamos que as coisas tomarão um rumo nacional, uma racionalidade administrativa, uma responsabilidade fiscal, isso não acontece. Não tenho nada contra o empréstimo. É um programa do governo federal. Estou insistindo: o PMDB é integrante do governo federal, onde tem até o Vice-Presidente da República, mas esse mesmo governo federal, que autoriza que se tome o empréstimo, não impõe a carência até o final do governo. Ele a permite, pois existem entes federados em dificuldade, mas esse é o caso de Minas? Se for, tenhamos, então, a hombridade, a honradez, Governador Anastasia, de dizer ao povo mineiro que Minas está em dificuldade, quebrada. O que não pode é manter a esquizofrenia: "Minas vai muito bem, Minas é AAA em Standard & Poor's, Minas é o 'top' de linha, Minas tem choque de gestão, déficit zero, PIB da China, R\$3.000.000.000,00 em publicidade para construir o mito, mas pagar não dá, dinheiro para pagar não temos não. Então, vamos fazer uma carenciazinha até o próximo governo". E como será na época, Governador? "Ah, isso não é comigo". E serão 20 anos para pagar, prazo máximo de amortização, de carência. Isso é o que está embutido nesse pedido de empréstimo.

Isso é compatível, sim, com os Estados que estão quebrados, mas é esse o caso de Minas? É esse, Deputado Leonardo, o caso de Minas? O Governador diz que não. Se não é, estão fazendo isso simplesmente pelo gosto de não pagar? Será isso, Governador Anastasia? Será que o Governador Anastasia propõe uma carência até o próximo governo e 20 anos para pagar depois porque é um mau pagador? Essa é a alternativa que nos resta imaginar. Se Minas não está quebrada, se Aécio não a quebrou, se não está

empobrecida, espoliada, desindustrializada, reprimarizada, se tudo isso é fantasia da Oposição, por que não pagar, Deputado Duílio de Castro? Por que não pagar nem um só centavo? Alegam que dois anos e pouco é um prazo curto para pagar tudo, mas não dá nem para iniciar o pagamento, nem para começar a pagar R\$0,10, R\$0,01? Não, nem R\$0,01 Minas pode pagar. E é um Estado que está bem, com déficit zero, choque de gestão, PIB da China, AAA na Standard & Poor's. Quanta hipocrisia, quanta mistificação.

Deputados e Deputadas, Minas não merece esse tratamento. Em especial, os mineiros não suportam ser tratados como imbecis. Os informes do poder público para a população devem guardar coerência. Os mineiros serão todos solidários com Minas se for dita a verdade: estamos em dificuldades, Minas está quebrada. Ninguém negará solidariedade ao Estado. O que não pode é anunciar que está muito bem, mas não pode pagar. É AAA, mas pede carência até o próximo governo. Temos que pegar dinheiro, pois não há sequer viatura na polícia, mas Minas vai muito bem.

Quem entende isso? Se não for esquizofrenia, o que é? Tudo isso está condicionado porque um marqueteiro resolveu que a campanha do Senador será construída em torno do mito de um gestor competente que deixou o Estado bem, mas o Estado está quebrado. Senhor marqueteiro, se me permite, bole uma outra campanha publicitária. Você está construindo uma candidatura com pés de barro. Construir a candidatura do Senador com o mito do gestor é fadá-lo à derrota, ao fracasso. O governo de Minas é um fiasco. Minas está quebrada. Depois de 10 anos, insisto, os mineiros são 10% mais pobres e 50% mais endividados que os brasileiros. Esses são os números. Alguém me conteste. Vamos pegar números oficiais. Vamos à Fundação João Pinheiro, do próprio governo do Estado, à Getúlio Vargas, ao Ministério da Economia. Está tudo lá. Por isso o Presidente da República anunciou aos mineiros aquilo que, no fundo, já sabem, mas que queriam ter o direito de ouvir de seus governantes: nossa situação é grave, difícilíssima, ao ponto de agora fazermos mais um empréstimo - mais R\$1.326.000.000,00 - para continuar endividando, quebrando Minas, e não programar um só real para ser pago por este governo.

Isso não constava no texto do projeto, Deputado Duarte Bechir. Foi necessário fazermos uma diligência para o governo responder. Vai pagar em quanto tempo? Qual é a carência? E veio a resposta oficial, assinada pelo governo do Estado. São 20 anos, e a carência é até o final deste governo. Isso é o que os mineiros precisam saber.

Finalizando, somos favoráveis a todos os objetivos a que querem destinar esses recursos, mas não podemos, por causa disso, negar aos mineiros a informação de que Minas está gravemente espoliada, quebrada. Aécio Neves quebrou Minas em sua campanha eleitoral. Isso é o que se nos impõe. Agora, guardemos coerência. Vamos votar o empréstimo, mas vamos exigir que o Estado, se é que está bem mesmo, possa pagá-lo até o final deste mandato. Muito obrigado.

Encerramento

O Sr. Presidente - Esgotada a hora destinada a esta reunião, a Presidência a encerra, convocando as Deputadas e os Deputados para a ordinária de logo mais, às 14 horas, com a ordem do dia já publicada, e para a extraordinária também de hoje, às 20 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

* - Sem revisão do orador.

ATA DA 5ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE REDAÇÃO NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 12/7/2012

Às 14h30min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Lafayette de Andrada, Luiz Henrique e Duarte Bechir (substituindo o Deputado Deiró Marra, por indicação da Liderança do BTR), membros da supracitada Comissão. Está presente, também, o Deputado João Leite. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Lafayette de Andrada, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Duarte Bechir, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar pareceres em fase de redação final e acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: Projeto de Lei nº 3.164/2012 (Deputado Duarte Bechir) e Projeto de Resolução nº 3.330/2012 (Deputado Luiz Henrique). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 3.164/2012 e Projeto de Resolução nº 3.330/2012. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, desconvoca as reuniões de hoje, às 20h30m e de amanhã às 9h30m, 14h30m e 20h30m, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 5 de setembro de 2012.

Lafayette de Andrada, Presidente – Ana Maria Resende – Antônio Carlos Arantes.

ATA DA 14ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 23/8/2012

Às 9h15min, comparecem na Sala das Comissões o Deputado Bosco, membro da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Bosco, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, que dá por aprovada, e a subscreve. A Presidência informa que a reunião se destina a debater a computação em nuvens, os limites e desafios legais e a consumerização da tecnologia da informação e a discutir e votar proposições da Comissão. Após, comunica o recebimento de correspondência publicada no “Diário do Legislativo”, na data mencionada entre parênteses: do Sr. Jairo Siqueira de Azevedo, da Associação de Promoção Humana Divina Providência, e do Sr. Waldemar Antônio de Arimatéria, Procurador-Geral de Justiça Adjunto Institucional do Ministério Público do Estado (9/8/2012). A Presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir os Srs. Ian Campos Martins, Presidente da Associação Brasileira de Empresas de Tecnologia da Informação de Minas Gerais – Assespro – MG –; Djalma Andrade, Gerente de Estratégia de Plataforma da Microsoft; Marlon Kotai, Pré-vendas Brasil da Empresa Google; e



Marcelo Migueletto de Andrade, Gerente-Geral de Tecnologia da Informação da ALMG, que são convidados a tomar assento à mesa. O Presidente, como autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 5 de setembro de 2012.

Bosco, Presidente - Duarte Bechir - Glaycon Franco.

ATA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 23/8/2012

Às 11h14min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Sávio Souza Cruz, Tiago Ulisses e Carlos Henrique, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Sávio Souza Cruz, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Tiago Ulisses, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante da pauta. Passa-se à 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.260/2011, na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça, com a Emenda nº 1, que apresenta (relator: Deputado Carlos Henrique, em virtude de redistribuição). Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 6 de setembro de 2012.

Sávio Souza Cruz, Presidente – João Vítor Xavier – Carlos Henrique.

ATA DA 15ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E COOPERATIVISMO NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 4/9/2012

Às 10h43min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Tenente Lúcio, Dalmo Ribeiro Silva e Rômulo Viegas, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Tenente Lúcio, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante da pauta e a deliberar sobre proposições da Comissão. O Presidente acusa o recebimento do Projeto de Lei nº 3.390/2012, no 1º turno, para o qual designou relator o Deputado Rômulo Viegas. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 3.577 e 3.587/2012. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 4 de setembro de 2012.

Tenente Lúcio, Presidente - Dalmo Ribeiro Silva.

ATA DA 15ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 4/9/2012

Às 19h56min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Zé Maia, Tiago Ulisses, Adalclever Lopes (substituindo o Deputado Antônio Júlio, por indicação da Liderança do PMDB) e Lafayette de Andrada (substituindo o Deputado João Vítor Xavier, por indicação da Liderança do Transparência e Resultado), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Zé Maia, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão. Suspende a reunião. Às 21h15min são reabertos os trabalhos. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Os Projetos de Lei nºs 2.555/2011 e 3.372/2012 são retirados da pauta por determinação do Presidente da Comissão por não cumprirem pressupostos regimentais, 773 e 804/2011 atendendo a requerimento do Deputado Tiago Ulisses e 1.250/2011 atendendo a requerimento do Deputado Adalclever Lopes, aprovados pela Comissão. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres pela aprovação, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 255/2011 na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça (relator: Deputado Zé Maia), e 3.011/2012 com a Emenda nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça (relator: Deputado Tiago Ulisses). Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 5 de setembro de 2012.

Tiago Ulisses, Presidente – Romel Anízio – João Vítor Xavier – Fabiano Tolentino.



ATA DA 16ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 5/9/2012

Às 10h38min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Tiago Ulisses, João Vítor Xavier, Romel Anízio e Fabiano Tolentino (substituindo este ao Deputado Zé Maia, por indicação da Liderança do Bloco Transparência e Resultado), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Tiago Ulisses, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão. O Presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: Mensagem nº 281/2012 (Deputado Zé Maia), em turno único; e Projetos de Lei nºs 1.260 e 2.512/2011 e 2.818/2012 (Deputado Tiago Ulisses); 1.253 e 2.325/2011 e 2.848/2012 (Deputado João Vítor Xavier); 1.818/2011 (Deputado Ulysses Gomes); 1.866/2011 (Deputado Gustavo Perrella); 2.352/2011 (Deputado Romel Anízio); 2.789 e 3.085/2012 (Deputado Zé Maia); e 3.088/2012 (Deputado Antônio Júlio), no 1º turno. Suspende-se a reunião. Às 11h10min são reabertos os trabalhos, com a presença dos Deputados Zé Maia, Tiago Ulisses, João Vítor Xavier e Romel Anízio. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Os Projetos de Lei nºs 74 e 804/2011 são retirados da pauta atendendo-se a requerimento do Deputado Tiago Ulisses, aprovado pela Comissão, e 255/2011 e 3.011/2012 por haverem sido apreciados em reunião anterior. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres pela aprovação, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 2.128/2011 na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça, 2.848/2012 (relator: Deputado João Vítor Xavier), e 2.818/2012 com a Emenda nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça (relator: Deputado Tiago Ulisses); e pela rejeição do Projeto de Lei nº 1.250/2011 (relator: Deputado Romel Anízio). Suspende-se a reunião. Às 14 horas são reabertos os trabalhos com a presença do Deputado Tiago Ulisses e dos Deputados Lafayette de Andrada, Duarte Bechir (substituindo, respectivamente, os Deputados Zé Maia e João Vítor Xavier, por indicação do Bloco Transparência e Resultado) e Antônio Lerin (substituindo este ao Deputado Romel Anízio, por indicação do Bloco Avança Minas). O Presidente, Deputado Tiago Ulisses, prorroga os trabalhos da Comissão por até 2 horas. Suspende-se a reunião. Às 14h43min, são reabertos os trabalhos com a presença dos Deputados Tiago Ulisses, Antônio Júlio, João Vítor Xavier, Romel Anízio e Luiz Humberto Carneiro (substituindo este ao Deputado Zé Maia, por indicação do Bloco Transparência e Resultado). Está presente também o Deputado Rômulo Viegas. Após discussão e votação, é aprovado, no 1º turno, o parecer pela rejeição das Emendas nºs 3 a 5 apresentadas ao Projeto de Lei nº 3.372/2012 (relator: Deputado Romel Anízio). Suspende-se a reunião. Às 14h54min, são reabertos os trabalhos com a presença dos Deputados Tiago Ulisses, João Vítor Xavier, Romel Anízio e João Leite. O Projeto de Lei nº 2.551/2012 é retirado da pauta por determinação do Presidente da Comissão, por não cumprir pressupostos regimentais. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a reunião extraordinária, hoje, às 17h30min, para apreciação do parecer do Projeto de Lei nº 3.372/2012, no 2º turno, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 5 de setembro de 2012.

Tiago Ulisses, Presidente - Adalever Lopes - Lafayette de Andrada - Rômulo Viegas.



ORDENS DO DIA

ORDEM DO DIA DA 64ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 11/9/2012

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.372/2012, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito no âmbito do Programa de Apoio ao Investimento dos Estados e do Distrito Federal - Proinveste - e dá outras providências (URGÊNCIA). A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão e votação de pareceres de redação final.



ORDEM DO DIA DA 26ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 9H30MIN DO DIA 11/9/2012

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimentos nºs 3.592 e 3.596/2012, da Deputada Liza Prado.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 20ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 11/9/2012

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 23ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 11/9/2012

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 27ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 11/9/2012

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 697/2011, do Deputado Arlen Santiago; 84/2011, do Deputado Sargento Rodrigues; 1.325/2011, da Deputada Ana Maria Resende; 1.346/2011, dos Deputados Durval Ângelo e André Quintão; 1.665/2011, do Deputado Agostinho Patrus Filho; 1.694/2011, do Deputado Tadeu Martins Leite; 1.920/2011, do Deputado Duílio de Castro; 2.164, 2.277 e 2.418/2011, do Deputado Leonardo Moreira; 2.819 e 2.869/2012, do Deputado Antônio Carlos Arantes; 3.238/2012, do Deputado Anselmo José Domingos; 3.258/2012, do Deputado Paulo Lamac; 3.276/2012, do Deputado Bosco; e 3.364/2012, do Deputado Anselmo José Domingos.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 1.093/2011, do Deputado Agostinho Patrus Filho; 3.221/2012, do Deputado Vanderlei Miranda; 3.391/2012, do Governador do Estado; 3.400/2012, do Deputado Vanderlei Miranda; 3.401/2012, do Deputado Rômulo Veneroso; 3.404/2012, do Deputado Tadeu Martins Leite; 3.408 e 3.409/2012, do Deputado João Vitor Xavier; 3.416/2012, do Deputado Sebastião Costa; e 3.423/2012, do Deputado Tadeu Martins Leite.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 16ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E COOPERATIVISMO NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10H30MIN DO DIA 11/9/2012

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.



ORDEM DO DIA DA 15ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 11/9/2012

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 2.878/2012, do Deputado Marques Abreu.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimentos nºs 3.550/2012, do Deputado Carlin Moura; 3.580/2012, do Deputado Celinho do Sinttrocel; 3.583/2012, do Deputado Elismar Prado; 3.588/2012, do Deputado Antônio Carlos Arantes; e 3.595/2012, do Deputado Carlin Moura.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 20ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 11/9/2012

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 1º turno: Projeto de Lei Complementar nº 24/2012, do Tribunal de Contas, e Projeto de Lei nº 3.275/2012, do Deputado Anselmo José Domingos.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 20ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15 HORAS DO DIA 11/9/2012

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 3.305/2012, do Deputado Gustavo Corrêa; 3.339/2012, da Deputada Liza Prado; 3.362/2012, do Deputado Anselmo José Domingos; e 3.386/2012, do Deputado João Vítor Xavier.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 27ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 9 HORAS DO DIA 12/9/2012

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 16ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE REDAÇÃO NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 12/9/2012

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres em fase de redação final.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

**EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO****EDITAL DE CONVOCAÇÃO****Reunião Extraordinária da Assembleia Legislativa**

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião extraordinária da Assembleia para as 20 horas do dia 11/11/2012, destinada, na 1ª Parte, à leitura e aprovação da ata da reunião anterior; na 2ª Parte, 1ª Fase, à apreciação de pareceres e requerimentos; e na 2ª Fase, à apreciação do Projeto de Lei nº 3.372/2012, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito no âmbito do Programa de Apoio ao Investimento dos Estados e do Distrito Federal - Proinveste - e dá outras providências; e à discussão e votação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 10 de setembro de 2012.

Dinis Pinheiro, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Especial da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 37/2012**

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Antônio Carlos Arantes, João Leite, Lafayette de Andrada e Sargento Rodrigues, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 11/9/2012, às 14h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de eleger o Presidente e o Vice-Presidente.

Sala das Comissões, 10 de setembro de 2012.

Pompílio Canavez, Presidente "ad hoc".

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Especial da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre o Veto Total à Proposição de Lei nº 21.281**

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Gustavo Corrêa, Paulo Lamac, Rômulo Viegas e Tenente Lúcio, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 11/9/2012, às 14h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de eleger o Presidente e o Vice-Presidente.

Sala das Comissões, 10 de setembro de 2012.

Ana Maria Resende, Presidente "ad hoc".

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Especial da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 19/2011**

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Antônio Carlos Arantes, Ivair Nogueira, Lafayette de Andrada e Tenente Lúcio, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 11/9/2012, às 14h45min, na Sala das Comissões, com a finalidade de eleger o Presidente.

Sala das Comissões, 10 de setembro de 2012.

Fabiano Tolentino, Vice-Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Especial da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre o Veto Parcial à Proposição de Lei nº 21.279**

Nos termos regimentais, convoco a Deputada Luzia Ferreira e os Deputados Bruno Siqueira, Luiz Henrique e Tiago Ulisses, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 11/9/2012, às 15 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de eleger o Presidente e o Vice-Presidente.

Sala das Comissões, 10 de setembro de 2012.

Maria Tereza Lara, Presidente "ad hoc".

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Extraordinária da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária**

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Tiago Ulisses, Antônio Júlio, Gustavo Perrella, João Vítor Xavier, Romel Anízio e Ulysses Gomes, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 11/9/2012, às 19h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar o Parecer para o 2º Turno do Projeto de Lei nº 2.551/2011, do Deputado Zé Maia, o

Parecer para o 1º Turno do Projeto de Lei Complementar nº 24/2012, do Tribunal de Contas, e os Pareceres sobre os Projetos de Lei nºs 2.352/2011, do Deputado Antônio Carlos Arantes, e 2.789 e 3.085/2012, do Deputado Romel Anízio; e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 10 de setembro de 2012.

Zé Maia, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre o Veto Total à Proposição de Lei nº 21.276

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Adalclever Lopes, Antônio Carlos Arantes, Duarte Bechir e Elismar Prado, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 12/9/2012, às 14 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de eleger o Presidente e o Vice-Presidente.

Sala das Comissões, 10 de setembro de 2012.

Ana Maria Resende, Presidente “ad hoc”



CORRESPONDÊNCIA DESPACHADA PELO SR. 1º-SECRETÁRIO

CORRESPONDÊNCIA

- O Sr. 1º-Secretário despachou, em 6/9/2012, a seguinte correspondência:

OFÍCIOS

Da Sra. Ana Cláudia da Silva Alexandre, Defensora Pública Geral em exercício, prestando informações relativas ao Requerimento nº 3.326/2012, da Comissão Especial da Violência contra a Mulher.

Da Sra. Adriana Rigon Weska, Diretora de Desenvolvimento da Rede de Ifes do Ministério da Educação, prestando informações relativas ao requerimento da Comissão de Educação encaminhado pelo Ofício nº 1.922/2012/SGM.

Do Sr. Antônio Sérgio Tonet, Procurador de Justiça, acusando o recebimento de convite, encaminhado pelo Ofício nº 2.141/2012/SGM, para comparecimento a audiência pública da Comissão de Administração Pública. (- À Comissão de Administração Pública.)

Do Sr. Breno Henrique Avelar de Pinho Simões, Secretário Adjunto de Saúde e Gestor do SUS, prestando informações relativas ao Requerimento nº 3.147/2012, da Comissão Especial para o Enfrentamento do Crack.

Da Sra. Cátia Romilde Gusso, Secretária de Meio Ambiente do Município de Nova Lima, prestando informações relativas ao Requerimento nº 3.381/2012, da Comissão de Meio Ambiente.

Do Sr. Cláudio Ribeiro Figueiredo, Secretário de Meio Ambiente do Município de Sete Lagoas, propondo ações relativas à tramitação do Projeto de Lei nº 2.173/2011, em atenção a pedido de diligência da Comissão de Meio Ambiente. (- Anexe-se ao Projeto de Lei nº 2.173/2011.)

Do Sr. Djalma Bastos de Moraes, Presidente da Cemig (2), prestando informações relativas aos Requerimentos nºs 3.458/2012, da Comissão Especial das Enchentes, e 3.503/2012, da Comissão de Direitos Humanos.

Do Sr. Edilson Martins de Alcantara, Diretor do Departamento do Café da Secretaria de Produção e Agroenergia do Ministério da Agricultura, prestando informações relativas ao Requerimento nº 3.230/2012, da Comissão de Política Agropecuária.

Do Sr. Estêvão Ferreira Couto, Defensor Público Federal, informando que, após a audiência pública realizada em 25/5/2012, em Uberaba, a Defensoria Pública da União peticionou em nome dos réus da ação judicial que menciona e que essa Defensoria aguarda a convocação para outra audiência sobre o tema que venha a acontecer. (- À Comissão de Direitos Humanos.)

Do Sr. Fernando de Almeida Martins, Procurador da República, prestando informações relativas ao Requerimento nº 3.785/2009, da Comissão de Direitos Humanos.

Do Sr. Flávio Henrique Unes Pereira, Secretário Adjunto de Casa Civil (7), prestando informações relativas aos Projetos de Lei nºs 1.135, 1.158/2011 e 2.811/2012, em atenção a pedidos da Comissão de Fiscalização Financeira; 212, 989, 1.011, 1.056, 1.122, 1.228, 1.454, 1.480, 1.598, 1.872, 2.077, 2.468/2011, 2.839, 2.869, 3.102 e 3.185/2012, em atenção a pedidos da Comissão de Justiça; 1.630 e 2.173/2011, em atenção a pedidos da Comissão de Meio Ambiente; 163/2011, em atenção a pedido da Comissão de Educação. (- Anexem-se os ofícios e as notas técnicas aos respectivos projetos de lei.)

Do FNDE (527) informando a liberação dos recursos financeiros que menciona, destinados a garantir a execução de programas desse Fundo. (- À Comissão de Fiscalização Financeira, para os fins do art. 74 da Constituição Estadual, c/c o art. 100, inciso XVI, do Regimento Interno.)

Do Sr. Frederico Pellucci, Procurador da República, prestando informações relativas ao Requerimento nº 2.284/2011, da Comissão de Assuntos Municipais.

Da Sra. Hebe Teixeira Romano Pereira da Silva, Chefe de Gabinete do Advogado-Geral da União, prestando informações relativas ao requerimento da Comissão de Direitos Humanos encaminhado pelo Ofício nº 2.935/2011/SGM. (À Comissão de Direitos Humanos.)



Do Sr. Hércio José Ramos Brandão, Superintendente de Relações Institucionais da Aneel, prestando informações relativas ao Requerimento nº 3.027/2012, do Deputado Elismar Prado.

Do Sr. Jobson Nogueira de Andrade, Presidente do Crea-MG, prestando informações relativas ao requerimento da Comissão de Defesa do Consumidor encaminhado pelo Ofício nº 1.446/2012.

Do Sr. José Maria da Cunha, Superintendente Regional do DNIT, prestando informações relativas ao Requerimento nº 3.514/2012, da Comissão de Segurança Pública.

Do Sr. Josué Costa Valadão, Secretário Municipal de Governo de Belo Horizonte, prestando informações relativas ao Requerimento nº 2.857/2012, do Deputado Anselmo José Domingos.

Da Sra. Juliana Pereira da Silva, Secretária Nacional do Consumidor do Ministério da Justiça, agradecendo convite formulado por esta Casa para participar de audiência pública da Comissão de Defesa do Consumidor e justificando sua ausência à referida reunião. (- À Comissão de Defesa do Consumidor.)

Do Sr. Luiz Antônio Sasdelli Prudente, Corregedor-Geral do Ministério Público, prestando informações relativas ao Requerimento nº 1.576/2011, da Comissão de Direitos Humanos.

Da Sra. Maya Takagi, Secretária Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, informando a liberação de recursos financeiros referentes a convênio celebrado entre a União e o Estado destinados a garantir a execução do Programa do Leite. (- À Comissão de Fiscalização Financeira, para os fins do art. 74 da Constituição Estadual, c/c o art. 100, inciso XVI, do Regimento Interno.)

Da Sra. Maria Cláudia Peixoto de Almeida, Chefe de Gabinete da Secretaria de Educação, prestando informações relativas ao Requerimento nº 3.067/2012, da Comissão de Participação Popular. (- À Comissão de Participação Popular.)

Da Sra. Maria Coeli Simões Pires, Secretária de Casa Civil (19), prestando informações relativas aos Requerimentos nºs 3.159 e 3.160/2012, do Deputado Almir Paraca, 2.100, 2.133 e 2.264/2011, da Comissão de Participação Popular, 2.674/2012, da Comissão de Direitos Humanos, 3.138 e 3.144/2012, da Comissão de Transporte, 3.147 e 3.293/2012, da Comissão Especial para o Enfrentamento do Crack, 3.268, 3.349 e 3.411/2012, da Comissão de Educação, 3.106, 3.430, 3.431 e 3.436/2012, da Comissão de Segurança Pública, e 3.404 e 3.438/2012, da Comissão do Trabalho.

Do Sr. Marx Fernandes dos Santos, Gerente Regional da CEF, informando a liberação de recursos financeiros pela União em favor do Estado, no âmbito do Programa PPI Favelas, gerido pelo Ministério das Cidades. (- À Comissão de Fiscalização Financeira, para os fins do art. 74 da Constituição Estadual, c/c o art. 100, inciso XVI, do Regimento Interno.)

Do Sr. Murilo Ferreira, Presidente da Vale, agradecendo voto de congratulações formulado por esta Casa em atenção a requerimento do Deputado Gustavo Corrêa, pelos 70 anos de fundação dessa empresa.

Do Sr. Pabloneli de Sousa Vidal, Superintendente de Articulação Institucional e Gestão de Vagas da Secretaria de Defesa Social, prestando informações relativas ao Requerimento nº 2.755/2012, do Deputado Antônio Júlio.

Do Sr. Robert Wagner França, Coordenador-Geral do Sindicato dos Servidores da Justiça de 2ª Instância do Estado de Minas Gerais, informando que haverá paralisação dos referidos servidores em 27/9/2012, diante do não atendimento das reivindicações que menciona, e que será realizada, em 1º/10/2012, assembleia geral extraordinária para avaliar o atendimento ou não das referidas reivindicações e deliberar sobre a deflagração de greve por tempo indeterminado. (- À Comissão de Administração Pública.)

Da Sra. Rosana Aparecida Mendes, Presidente da Fundação Carlos Rotermond, apresentando os programas sociais a serem desenvolvidos por essa Fundação em Belo Horizonte. (- À Comissão do Trabalho.)

Da Sra. Severine Carmem Macedo, Secretária Nacional de Juventude da Secretaria-Geral da Presidência da República, informando a celebração de convênio entre a Secretaria Nacional de Juventude e a Secretaria de Esportes, com a intervenção do Estado. (- À Comissão de Fiscalização Financeira, para os fins do art. 74 da Constituição Estadual, c/c o art. 100, inciso XVI, do Regimento Interno.)

Da Sra. Vanessa Fusco Nogueira Simões, Promotora de Justiça, fazendo sugestões para a solução de problemas relativos à segurança dos caminhoneiros em face do roubo de cargas e de caminhões nas rodovias. (- Às Comissões de Segurança Pública e de Transporte.)



MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 10/9/2012, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI, do art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/02, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.541, de 6/8/2012, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Leonardo Moreira

tornando sem efeito os seguintes atos publicados no Diário do Legislativo, edição de 5/9/2012:

exonerando Maria Célia Silva Bellini do cargo de Auxiliar de Gabinete II, padrão VL-31, 8 horas;

exonerando Michel Pedroso dos Santos do cargo de Técnico Executivo de Gabinete, padrão VL-55, 8 horas;

nomeando Maria Célia Silva Bellini para o cargo de Técnico Executivo de Gabinete, padrão VL-55, 8 horas;

nomeando Michel Pedroso dos Santos para o cargo de Auxiliar de Gabinete II, padrão VL-31, 8 horas.

Gabinete do Deputado Rômulo Veneroso

exonerando Ivon Guimarães Teixeira do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete I, padrão VL-27, 8 horas;



nomeando Ivon Guimarães Teixeira para o cargo de Secretário de Gabinete II, padrão VL-36, 8 horas.

Gabinete do Deputado Tiago Ulisses

exonerando Alberto de Oliveira Neto do cargo de Assistente Técnico de Gabinete II, padrão VL-47, 8 horas;
exonerando Fabrício Novais e Silva do cargo de Auxiliar de Gabinete I, padrão VL-30, 4 horas;
exonerando Fortunato Francisco de Aquino do cargo de Assistente Técnico de Gabinete II, padrão VL-47, 8 horas;
exonerando Milton de Souza Barros do cargo de Assistente Técnico de Gabinete II, padrão VL-47, 8 horas;
nomeando Alberto de Oliveira Neto para o cargo de Técnico Executivo de Gabinete I, padrão VL-55, 8 horas;
nomeando Fortunato Francisco de Aquino para o cargo de Técnico Executivo de Gabinete I, padrão VL-55, 8 horas;
nomeando Milton de Souza Barros para o cargo de Auxiliar Técnico Executivo, padrão VL-50, 8 horas.

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 57/2012

Nº DO PROCESSO NO PORTAL DE COMPRAS: 1011014 72/2012

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público que fará realizar em 27/9/2012, às 14h30min, pregão eletrônico do tipo menor preço global, através da internet, tendo por finalidade a aquisição de acessórios de banheiro.

O edital se encontra à disposição dos interessados nos "sites" www.compras.mg.gov.br e www.almg.gov.br, bem como na Gerência de Compras, na Rua Rodrigues Caldas, nº 79, Ed. Tiradentes, 14º andar, onde poderá ser retirado, das 8h30min às 17h30min, mediante pagamento da importância de R\$ 0,05 por folha. Caso os interessados preferirem, poderão solicitar a reprodução eletrônica gratuita, desde que portem mídia própria.

Belo Horizonte, 10 de setembro de 2012.

Eduardo Vieira Moreira, Diretor-Geral.

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 66/2012

NÚMERO DO PROCESSO NO PORTAL DE COMPRAS: 1011014 87/2012

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público que fará realizar em 26/9/2012, às 14h30min, pregão eletrônico do tipo menor preço global, através da internet, tendo por finalidade a aquisição de medalhas.

O edital se encontra à disposição dos interessados nos "sites" www.compras.mg.gov.br e www.almg.gov.br, bem como na Gerência de Compras, na Rua Martim de Carvalho, 94 - 5º andar, Bairro Santo Agostinho - Belo Horizonte, onde poderá ser retirado, das 8h30min às 17h30min, mediante pagamento da importância de R\$0,05 por folha. Caso os interessados preferirem, poderão solicitar a reprodução eletrônica gratuita, desde que portem mídia própria.

Belo Horizonte, 10 de setembro de 2012.

Eduardo Vieira Moreira, Diretor-Geral.

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 73/2012

Nº DO PROCESSO NO PORTAL DE COMPRAS: 1011014 89/2012

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público que fará realizar em 25/9/2012, às 14h30min, pregão eletrônico do tipo menor preço, através da internet, tendo por finalidade a aquisição de peças metálicas diversas.

O edital se encontra à disposição dos interessados nos "sites" www.compras.mg.gov.br e www.almg.gov.br, bem como na Gerência de Compras, na Rua Rodrigues Caldas, nº 79, Ed. Tiradentes, 14º andar, onde poderá ser retirado, das 8h30min às 17h30min, mediante pagamento da importância de R\$ 0,05 por folha. Caso os interessados preferirem, poderão solicitar a reprodução eletrônica gratuita, desde que portem mídia própria.

Belo Horizonte, 10 de setembro de 2012.

Eduardo Vieira Moreira, Diretor-Geral.

TERMO DE ADITAMENTO - ADT/102/2012

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Resma Comércio de Papéis Ltda. Objeto: aquisição de 16.000 resmas de papel A4, conforme quantidade e especificações definidas no contrato. Objeto do aditamento: registro do preço sem ICMS, para fins de emissão de fatura e pagamento. Vigência: a partir da assinatura.

TERMO DE ADITAMENTO ADT/103/2012

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Associação Profissionalizante do Menor de Belo Horizonte – ASSPROM. Objeto: prestação de serviço de adolescentes trabalhadores. Objeto do aditamento: prorrogação do ajuste, revisão do preço do vale-refeição e alteração da cláusula 2.7.4 do contrato. Vigência: 2/11/2012 a 1º/11/2013. Dotação orçamentária: 1011-01-122.701-2.009-3.3.90-10.1.



TERMO DE CONTRATO DE CESSÃO DE DIREITOS AUTORAIS - CTO/80/2012

Cedente: Leone Fernandes Martins. Cessionária: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Objeto: autorização de uso de 22 ilustrações no “Guia de Excelência em Atendimento da ALMG”. Vigência: cinco anos contados da data da assinatura. Dotação orçamentária: 1011.01.122.701-2.009.3.3.90-10.1.



ERRATAS

PROJETO DE LEI Nº 3.447/2011

Na publicação da matéria em epígrafe, verificada na edição de 7/9/2012, na pág. 5, no título, onde se lê:
“PROJETO DE LEI Nº 3.447/2011”, leia-se:
“PROJETO DE LEI Nº 3.447/2012”.

PROJETO DE LEI Nº 3.450/2011

Na publicação da matéria em epígrafe, verificada na edição de 7/9/2012, na pág. 6, no título, onde se lê:
“PROJETO DE LEI Nº 3.450/2011”, leia-se:
“PROJETO DE LEI Nº 3.450/2012”.